
Universidade para quê? Contra o preconceito

Entrevista do ministro da Educação, Tarso Genro, publicada na revista Primeira Leitura edição nº 29 de 15 de julho de 2004.

Por Vera Magalhães

O ministro da Educação, Tarso Genro, diz que a reforma é uma prioridade porque a universidade é o "patamar mais elevado da principal estrutura republicana do país, que é a escola". Ele defende a política de cotas como "complementar". Leia a seguir trechos da entrevista.

Primeira Leitura - Por que o senhor quando assumiu, transformou a reforma universitária em prioridade?

Tarso Genro - Nós adotamos três eixos, de trabalho muito fortes, embora a reforma da universidade tenha mais densidade na mídia. O primeiro eixo é articular alfabetização como inclusão; o segundo é a melhora do ensino do ensino básico, e, para isso, estamos investindo na criação do Fundeb. E o terceiro eixo é a reforma da universidade, e nós a adotamos também como prioridade por uma razão contingente e por uma razão estrutural. A contingente é que, no último período, houve uma proliferação absurda de cursos universitários, de uma maneira completamente desregulamentada, Portanto, há pressa em construir novos marcos regulatórios. A razão estrutural é que a universidade pública é o patamar mais elevado da principal estrutura republicana do país, que é a escola. Sem a reforma universitária, todo o esforço de requalificar o ensino básico seria incompleto.

PL - Enquanto a reforma não é aprovada, várias medidas já foram adotadas. São tapa-buracos ou serão incorporadas ao projeto final?

Tarso - Eu acho que essas medidas são incorporadas ao projeto final, embora sejam medidas de aplicação imediata. Algumas pessoas dizem: "Elas não bastam". E elas estão certas. Nós nunca dissemos essas medidas bastam. Essas medidas são políticas afirmativas, que só são aplicadas quando uma estrutura completamente distorcida não permite a aplicação correta do princípio da igualdade formal. Então, essas medidas imediatas de republicanização da universidade serão ou não absolvidas pela reforma. Na minha opinião, serão.

PL - O sistema de reserva de vagas não é populista por, em vez de cuidar da qualidade do ensino público, reservar cotas para determinados grupos?

Tarso - Acho que seria populista se fosse apresentado como solução. Sendo apresentado de maneira sensata, integrado a um processo geral de requalificação do ensino, numa revolução de qualidade, como queremos fazer, ele é complementar. O que não podemos é usar o argumento, por exemplo, de que os alunos da escola públicas não devem entrar nas universidades públicas porque elas são boas demais para o nível de ensino que eles têm, que é uma visão muito preconceituosa. Dizer que os alunos pobres não podem entrar na universidade pública porque eles são ruins é negar a eles o acesso a um espaço republicano que vai melhorar suas condições culturais e de existência.

PL - A criação de uma loteria resolve o problema de financiamento do ensino superior?

Tarso - A loteria não tem potencial para ser um elemento estrutural de financiamento do ensino superior. Tanto é que não está mencionada em nenhum dos documentos que apresentamos. Como se trata de uma coisa atípica, virou manchete. Mas essa não é a proposta do MEC, e nem é central. Se isso for viável, não vejo nenhum problema, desde que esses recursos sejam colocados diretamente para bolas de sustentação de alunos pobres nas universidades. O que não pode e alguém pensar que algum de nós esteja pensando que isso aí é uma forma de financiar a educação superior no Brasil e que vai substituir aportes orçamentários. Em absoluto.